



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

REQUERIMENTO Nº DE - CEsp

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto da alteração do texto da PEC 18 de 2025 (PEC da Segurança Pública), promovida pela Câmara dos Deputados, nos repasse dos recursos provenientes das apostas de quota fixa ao para a área do esporte - Ministério do Esporte, CPB, COB e demais entidades relacionadas ao esporte previstas na Lei 14.790/2023. .

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante Ministério do Esporte;
- representante Ministério da Fazenda;
- representante do Comitê Olímpico do Brasil (COB);
- representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);
- representante do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC);
- representante Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.790/2023 estabeleceu a destinação de parcela das receitas provenientes das apostas de quota fixa para o financiamento de políticas públicas do esporte, contemplando o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e outras entidades integrantes do sistema esportivo nacional. O objetivo da norma foi fortalecer políticas estruturantes voltadas ao desenvolvimento do esporte em suas diferentes



dimensões: a formação esportiva, a excelência esportiva e a promoção do esporte para toda a vida.

Contudo, alterações promovidas pela Câmara dos Deputados no texto da chamada PEC da Segurança Pública passaram a prever que 30% desses recursos sejam direcionados diretamente à área de segurança pública.

Cabe destacar que o Senado Federal, atento à necessidade de ampliar o financiamento das políticas de segurança pública, já havia aprovado solução alternativa que elevava significativamente os repasses para essa área por meio da redução da parcela destinada às empresas operadoras de apostas esportivas.

Entretanto, o texto aprovado pelo Senado foi rejeitado pela Câmara, que optou por manter intacta a participação econômica das operadoras das chamadas “bets”, transferindo o ônus do aumento de recursos para a segurança pública a partir da redução das parcelas destinadas a áreas como esporte, educação, seguridade social e turismo.

Diante desse cenário, mostra-se fundamental promover debate aprofundado sobre os impactos da alteração proposta, especialmente quanto aos possíveis efeitos sobre o financiamento, a continuidade e o desenvolvimento das políticas públicas do esporte brasileiro. A realização de audiência pública na Comissão de Esporte permitirá ouvir especialistas, representantes das entidades esportivas e gestores públicos, contribuindo para a adequada avaliação das consequências da medida e para a busca de soluções que preservem o fortalecimento do sistema esportivo nacional.

Sala da Comissão, de de .

Senadora Leila Barros
(PDT - DF)
Presidente da Comissão de Esporte

